

ARTIGO

ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO “UMA HISTÓRIA SEVERINA”: EXPRESSÕES DA NECROPOLÍTICA E POSSIBILIDADES NA PRÁTICA PSICOLÓGICA

ANÁLISIS DEL DOCUMENTAL “UMA HISTÓRIA SEVERINA”: EXPRESIONES DE NECROPOLÍTICA Y POSIBILIDADES EN LA PRÁCTICA PSICOLÓGICA

ANALYSIS OF THE DOCUMENTARY “UMA HISTÓRIA SEVERINA”: EXPRESSIONS OF NECROPOLITICS AND POSSIBILITIES IN PSYCHOLOGICAL PRACTICE

Luane Gomes Reis¹

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo gerar reflexão através do documentário “Uma História Severina”, que conta a trajetória de uma mulher que quer interromper sua gravidez já que se trata de um feto anencéfalo. A partir deste filme, serão discutidas questões relacionada à necropolítica presente em nosso Estado e às possibilidade de atuação do psicólogo no Sistema Único de Saúde visando um atendimento mais humanizado.

PALAVRAS-CHAVE: saúde, psicólogo, políticas, necropolítica.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo generar una reflexión a través del documental “Uma História Severina”, que cuenta la historia de una mujer que quiere interrumpir su embarazo por tratarse de un feto anencefálico. A partir de esta película, se discutirán cuestiones relacionadas con la necropolítica presente en nuestro Estado y la posibilidad de que los psicólogos actúen en el Sistema Único de Salud, visando una atención más humanizada.

PALABRAS CLAVE: salud, psicólogo, políticas, necropolítica.

¹ Estudante de Psicologia na Universidade Federal Fluminense. E-mail: lg7reis@gmail.com

ABSTRACT:

This article aims to generate reflection through the documentary “Uma História Severina”, which tells the story of a woman who wants to terminate her pregnancy since it is an anencephalic fetus. From this film, issues related to necropolitics present in our State and the possibility of the psychologist's performance in the Unified Health System will be discussed, aiming at a more humanized service.

KEYWORDS: health, psychologist, policies, necropolitics.

1 – INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise sobre o documentário “Uma história Severina” (DINIZ, BRUM 2005). Este foi dirigido por Débora Diniz e Eliane Brum. O filme conta a história de uma mulher chamada Severina que mora em Chã Grande, uma cidade do interior de Pernambuco. Lá ela mora com seu marido, Rosivaldo, e seu filho de quatro anos de idade, Walmir. Durante as gravações, Severina estava no sétimo mês de gestação e tentava interrompê-la, já que se tratava de um feto anencéfalo (má formação que se caracteriza pela falta total ou parcial do cérebro). No decorrer do filme, acompanhamos toda a luta, angústia (palavra tão usada pelo casal) e espera para conseguir realizar esse procedimento. O documentário é dividido em algumas partes, que são: “Os ministros”, “O caminho de Severina”, “Na cadeira do fórum”, “Severina e sua malinha”, “A autorização”, “O berço vazio”, “A temosa na porta”, “A hora do parto”, “O enterro” e “Bebê morto”.

2 – OS MINISTROS E O CAMINHO DE SEVERINA

A primeira parte (Os ministros) revela o início da batalha que Severina e Rosivaldo teriam que enfrentar. No dia 20 de outubro de 2004 (uma quarta-feira), com argumentos como “o coração bate”, “todos somos condenados à morte”, “o sofrimento não é algo que degrada a dignidade humana”, o STF cassa a liminar de julho do mesmo ano que permitia a interrupção da gestação nos casos como o de Severina. Justamente nesse dia, ela já estava em um hospital em Recife para realizar o procedimento no dia seguinte. Tal fato, fez com que ela voltasse pra casa e começasse um processo de idas à hospitais, delegacia, fórum para que a antecipação

do parto pudesse acontecer, já que os homens brancos que estão no poder e deveriam cuidar da população não se importam com todo sofrimento que o prolongamento da gestação pode acarretar para famílias pobres que não têm como pagar para realizar tal procedimento. Esse é um exemplo da presença da necropolítica em nosso país, que dita quem deve morrer e quem deve viver, com o objetivo de destruir certos grupos de pessoas de acordo com sua classe social, sua raça, sua origem, etc. Assim, são oferecidas condições precárias e causadoras de sofrimento para estes indivíduos.

Um dos ministros chama atenção para o fato de haver uma separação entre Estado e igreja (mesmo tendo uma cruz no STF). Porém, o que podemos perceber nesses homens de poder é que suas posições em relação a temas como esse, são pautados por uma moral religiosa (presente em nossa sociedade desde a colonização), que condena aborto em todos os casos. Isso se relaciona com casos como o da menina de dez anos que foi estuprada pelo próprio tio, que a engravidou. Ela era violentada desde os 6 anos de idade. Tal caso veio a público em agosto de 2020. Ao descobrir a gravidez e conseguir a autorização da justiça para realização do procedimento de interrupção, foi direcionada para o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes em Vitória-ES. Lá teve seu primeiro obstáculo, já que a equipe se recusou a realizar o procedimento pelo avanço da gravidez. Além disso, funcionários do hospital divulgaram informações médicas sobre a criança. Assim, ela foi encaminhada, junto com uma assistente social, para um hospital em Pernambuco. Embora sejam informações sigilosas, o nome da menina e o endereço do hospital em que o procedimento de interrupção da gestação foi realizado, foram divulgados. Mesmo correndo risco de vida para seguir com a gestação, no dia da interrupção, na porta do hospital havia um grupo fanático-religioso que chamava a menina e o médico de assassinos e oravam para que não se efetuasse o procedimento.

Bem como o caso supracitado, é possível mencionar também a situação de Tatielle que gerava um feto com *body stalk* (em que os órgãos do feto se desenvolvem fora do corpo). Ao conseguir o laudo e a autorização da justiça para interromper a gravidez, o procedimento foi iniciado. Porém, quando a dilatação começou, chegou ao hospital uma ordem da justiça para interrompê-lo. Essa ordem tinha como autoria um padre. Assim, observa-se que, apesar de existir essa separação entre Estado e

igreja, na prática nem os homens que estão no poder conseguem separar esses dois âmbitos e assim, garantir a laicidade do Estado.

Justificando-se pela moralidade, o Estado parece obrigar as mulheres a passarem por sofrimento e tortura (física e psicológica) que poderiam ser evitados. Nos seus lugares confortáveis e de privilégio, esses homens responsáveis por tomar decisões como a que foi feita, demonstram que não se importam com essas mulheres. Não se importam com o sofrimento de mulheres pobres e mulheres nordestinas como Severina, já que mulheres de classe alta conseguem pagar para realizar o aborto. Opera-se assim, uma necropolítica em que o Estado decide quem deve viver e quem deve morrer, quem é descartável; uma política que também controla os corpos femininos. Segundo Hilário (2016, p. 5), “[...] o corpo deve ser constantemente produzido como dócil politicamente e útil produtivamente [...]”. Ou seja, os corpos que não são produtivos para a máquina capitalista do Estado, os corpos que não se submetem à uma disciplina que os controla e os corpos que fazem parte de grupos já marginalizados, não são interessantes que vivam ou que tenham qualidade de vida.

Sabendo que, a população que busca o SUS para ser atendida são, em sua maioria, pessoas pobres, é de interesse do Estado que essas pessoas sejam submetidas a riscos e sofrimentos como o que Severina passou. Por essa razão que há uma desvalorização e falta de investimento no Sistema Único de Saúde. Portanto, o Estado parece não se importar com as vidas dessas mulheres, e principalmente se forem mulheres negras, que são um dos principais alvos e que mais sofrem com essa política de morte. E, ainda de acordo com Hilário (2016), Mbembe (pioneiro nos pensamentos sobre a necropolítica) acredita que as vidas desses sujeitos que não são lucrativos para o Estado, são vistas como “vidas sem valor”. Por isso que os poderosos não se importam com o quanto essas pessoas sofrem. Por que iriam perder tempo com tais vidas? Para que pensariam em políticas que melhorem a qualidade de vida desses sujeitos tão produtivamente irrelevantes?

Assim, podemos mencionar o caso apresentado no documentário “À margem do corpo” (DINIZ, BRUM, 2007). O filme mostra a violência sofrida por Deuseli, uma mulher negra que, ao denunciar um estupro, acabou por receber orientações contrárias ao que de fato deveria ser feito. Foi mandada para casa, para tomar um banho e depois voltar para fazer o exame. Isso apaga todas as provas que poderiam

ser encontradas no seu corpo. Ao não conseguir provar através do exame que de fato foi estuprada, Deuseli é impedida de realizar o aborto de forma legal. Ou seja, ao produzir condições mortíferas o Estado faz com que a saúde também opere de acordo com a necropolítica de certa forma. De acordo com Hilário (2016, p. 14), “A estrutura sombria da morte parece ser uma regra na periferia do capitalismo.” Portanto, todos que não interessam que vivam para o Estado, todas as vidas que não são consideradas importantes, podem morrer ou passar por situações de risco de vida e de sofrimento extremo.

3 – NA CADEIRA DO FÓRUM E A AUTORIZAÇÃO

Retomando o primeiro documentário, vemos os primeiros passos dados em direção ao objetivo do casal. Ao sair do hospital sem conseguir realizar o procedimento (já que a liminar foi cassada) e ainda tendo que lidar com o fato de ter que carregar seu filho por mais tempo mesmo sabendo que ele não sobreviveria, os profissionais de lá os mandaram ir até a delegacia da mulher para abrir o processo, e, assim, chegasse o pedido até a juíza para que ela autorizasse. Porém durante todo esse percurso até a autorização, Rosivaldo reclama da quantidade de papéis para assinar, de perguntas feitas, de tantas idas e vindas em tantos lugares e tanta burocracia. O problema da burocracia também se faz presente na parte seguinte do documentário (Na cadeira do fórum). O processo burocrático é totalmente insensível em relação ao sofrimento e angústia que mulheres com vivência parecida com a de Severina passam. O projeto que se tem é que o processo seja longo e cansativo para que as pessoas desistam de persistir. Ao ter finalmente a autorização em suas mãos (na parte “A autorização”), o casal expressa a dificuldade em lidar com os sentimentos de tê-la. Algo que eles esperavam e lutavam tanto para conseguir.

4 – BERÇO VAZIO

Na passagem do “Berço vazio” há uma das cenas mais comoventes de todo documentário. No caminho de Severina até o hospital de Recife, ela faz uma parada em uma loja que vende roupas para bebês, com o objetivo de comprar uma para vestir seu filho quando fosse enterrado. O enterro não aconteceria caso a gestação fosse

interrompida no dia da primeira tentativa de Severina (quando a liminar foi derrubada). Porém, como já tinha sete meses de gravidez, o enterro e o registro de óbito eram necessários. Ou seja, todo processo de sepultamento, seria mais um sofrimento que o Estado covardemente impôs à Severina e sua família. Ao ser perguntada pela vendedora sobre o que queria levar, Severina responde que só queria a roupa, porque ele não ia sobreviver. Essas palavras demonstram todo suplício que essa mulher e outras vivem por irresponsabilidade e negligência de um Estado que, assim como disse o advogado de causa da liminar, acredita que “não tem nada a ver com isso”. A crueldade e frieza desses homens que estão no poder não são abaladas por histórias como a de Severina. É desumano imaginar que tais homens provavelmente dormem sem nenhuma dificuldade e nenhum “peso na consciência” pelo martírio provocado por eles. Tudo isso em nome de uma moralidade religiosa que nem deveria ser central nos seus pensamentos, já que vivemos num Estado laico (em teoria). E, a ausência de um acolhimento à angústia sentida durante todo esse processo e a falta de sensibilidade dos profissionais presentes nessas burocracias não ajudam a diminuir tais sentimentos.

Após essa cena, Severina chega em uma maternidade com a autorização em mãos e acompanhada de uma enfermeira da ONG Curumim. Com a esperança de conseguir finalmente o que queria, um dos médicos pediu para que ela fosse para um outro hospital, dizendo que “o mais difícil ela já conseguiu” (que seria a autorização). Ao chegarem na unidade hospitalar, o médico de lá diz que os anestesistas que estavam de plantão naquele momento, não concordavam com o procedimento de antecipação terapêutica do parto. Portanto, a opinião pessoal do profissional prevaleceu em relação à obrigação do hospital. A enfermeira que a acompanhava entrevistou com este argumento. E mesmo diante de toda violência que Severina vinha passando nos últimos meses, o médico pediu pra que ela tivesse mais um pouco de paciência. Este seria outro momento em que seria importante a presença da psicologia sendo praticada como Benevides (2005) descreve, a partir de 3 princípios: da inseparabilidade do individual e do social, das práticas comprometidas com a sociedade e realidade brasileira e da necessidade de transversalidade entre os diferentes saberes. Se os membros da equipe médica que lidam com casos como esse tivessem uma orientação por parte dos psicólogos através de oficinas e diálogos, é possível que essa insensibilidade fosse evitada. E, dessa forma, minimizaria o

sofrimento de Severina, que mesmo tendo que lidar com tanta angústia, constantemente ouvia que precisaria “esperar mais um pouco” ou “ter mais paciência”. Como ter paciência depois de um caminho tão longo que foi percorrido com muita luta?

5 – A HORA DO PARTO

Mesmo passando por todas as dificuldades, ainda assim Severina teve que passar pelo processo de indução do parto normal. Ou seja, não houve possibilidade de escolha do modo de parir. Ao ter iniciado o processo de indução, o documentário apresenta cenas (“A hora do parto”) de Severina se emocionando e olhando a roupa que tinha comprado para o seu filho. Após 32 horas depois do início da indução, Severina começa a sentir dores. E nessa cena, percebemos mais uma violência. O local em que Severina se encontrava enquanto sentia dores e esperava o momento para a realização do parto, era o mesmo em que mães ficavam com seus filhos recém-nascidos vivos. Enquanto sentia contrações, Severina via uma mulher passando com um bebê. O que faz pensar em qual dor era maior, as dores físicas ou a dor de ver que após todo o sofrimento que ela vinha enfrentando, ela não teria seu filho vivo em seu colo. Sendo assim, seria indispensável um olhar sensível a essa situação, para refletir se ocupar esse lugar enquanto aguarda o procedimento ser iniciado seria adequado para a saúde mental dessas mulheres. Se houvesse a presença de um psicólogo nesse contexto, seria essencial pensar no sofrimento que se intensifica ao estar nesse ambiente vendo mães felizes passando por ali com seus bebês vivos. De acordo com Benevides (2005), o psicólogo no SUS deve trabalhar em conjunto com outros profissionais da equipe e com os gestores do hospital para que as práticas sejam “societárias e civilizatórias”. Ou seja, uma possibilidade para evitar o sofrimento que mulheres como Severina passam, é tentar um diálogo com os gestores e a equipe do hospital com o objetivo de pensar se seria viável que essas mulheres passassem pela espera e pelo parto em um local mais apropriado. E que, durante todo o procedimento (desde a chegada no hospital até mesmo depois da saída) tivessem um acompanhamento continuado sensível e humanizado por parte não só do psicólogo, mas de toda a equipe.

No decorrer do parto (cena “A hora do parto”), Severina estava acompanhada de sua sogra, que tentava acalmá-la durante seu choro, pedindo que não “fizesse desespero”. Mas, ao mesmo tempo, ela tentava se manter firme para sua nora. Uma das profissionais da equipe acolhe o choro de Severina e conversa com a sogra para que deixe que ela expresse suas emoções do jeito que ela quisesse, para que não guardasse esse sentimento consigo. Esse gesto, demonstra um dos pouquíssimos resquícios de humanização em um processo que representou meses de tortura e violência para essa mulher. Sendo assim, podemos perceber como é importante que os profissionais das diferentes áreas que compõem a equipe estejam preparados para circunstâncias como essa. Logo, os psicólogos devem realizar encontros com a equipe promovendo diálogos horizontais sobre as possibilidades de trabalho, intervenções e atuações nessa realidade, valorizando a experiência de cada profissional e de cada categoria. Benevides e Passos (2005) afirmam que é essencial que haja um trabalho transversal entre os saberes de cada área atuante no hospital, ou seja, um trabalho transdisciplinar em que suas experiências sejam valorizadas. Esta não é uma tarefa fácil, já que é possível que haja conflitos e disputas entre estes saberes.

6 – O ENTERRO E BEBÊ MORTO

No mesmo dia, o filho de Severina e Rosivaldo foi enterrado (cena “O enterro”) num pequeno caixão branco. E, passado algum tempo (cena “Bebê morto”), Severina conta que ao chegar em casa, Walmir a perguntou sobre seu irmãozinho e onde ele estava. Ela o responde e diz que está no céu. Walmir queria vê-lo, porém, a única lembrança que se tinha (além das marcas e traumas de todo caminho percorrido por eles que vão durar para sempre) era uma foto que a sogra de Severina tirou e que ficava dentro do guarda-roupa. Rosivaldo declara que esse filho era algo que fazia parte dele. Ao final do documentário, Severina diz que sempre olha tal fotografia e finaliza questionando “será que esse filho foi meu mesmo?” e “será que estava dentro de mim mesmo?”.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho Federal de Psicologia emitiu uma nota em 2014 afirmando que a decisão de ter filhos deve ser tomada única e exclusivamente pela mulher. O Estado não deve interferir nisso, e muito menos a igreja. O trabalho do psicólogo não deve ser também em intervir nessa decisão, mas em apoiar, dar suporte e acolher essa mulher para que faça a melhor escolha para ela, pautando-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para isso, é essencial que toda a equipe participe no momento de orientar sobre as informações necessárias para realizar tal decisão. Além disso, é necessário que os profissionais da psicologia estejam ativos na luta para facilitar o acesso dessas mulheres a tal procedimento, para que sejam respeitadas e para que tenham autonomia sobre seus corpos.

Portanto, é possível observar que a presença do psicólogo em todos os âmbitos do SUS seria de fundamental importância para a promoção de saúde e de saúde mental dos usuários desses serviços. Caso a psicologia se fizesse presente em casos como o de Severina, os sofrimentos poderiam ser minimizados. Segundo Benevides (2005) “[...] os eixos da universalidade, equidade e integralidade, constitutivos do SUS só se efetivam quando conseguimos inventar modos de fazer acontecer tais eixos.” Assim, a psicologia se faz essencial até mesmo para que os princípios do SUS sejam respeitados e praticados de forma humanizada e racializada ao trabalhar dialogicamente e conjuntamente ao restante da equipe profissional do hospital, assim como foi destacado por Benevides (2005).

Com tudo isso, o que se percebe é que o Estado ao cassar a liminar que permitia interromper a gravidez nos casos como o de Severina é de gerar sofrimento nessas mulheres. Não é promoção de saúde obrigar uma mulher a ter um filho que não viveria por muito tempo. É adoeceador e violento permitir que uma mulher carregue em seu ventre por sete meses uma criança destinada a morrer. Obrigando que ela registre e enterre seu bebê. Todo o processo, burocracia e jornada para conseguir a autorização e realização do procedimento demonstram a insensibilidade e descaso com o que essas mulheres sentem e passam. São vistas como assassinas, quando na verdade, através da necropolítica, o Estado acaba matando-as um pouco. Sendo assim, seria de extrema importância que houvesse um acompanhamento psicológico

durante suas trajetórias. E que esse trabalho seja realizado entendendo o sujeito a partir de seu contexto e sempre tentando se deslocar dessa posição de poder sobre as escolhas do outro em que a Psicologia foi historicamente construída. Seria fundamental uma sensibilidade para ouvir o que elas têm a dizer e tentar criar intervenções e práticas para que esse processo possa ser um pouco mais humanizado e “confortável” dentro das possibilidades do SUS.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Regina. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces?. **Psicol. Soc.** Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 21-25, agosto de 2005. Anotações sobre o curso de luto perinatal

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. Humanização na saúde: um novo modismo? **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v.9, n.17, p.389-94, 2005.

BERTHO, Helena; SANTANA, Jamile. Tortura em nome de Deus? Justiça condena padre por impedir aborto legal. Azmina, 2020. Disponível em: < <https://azmina.com.br/reportagens/tortura-em-nome-de-deus-justica-condena-padre-por-impedir-aborto-legal/>> Acesso em: 29 de out. De 2020.

HILÁRIO, C. Leomir. Da biopolítica à necropolítica. **Sapere Saúde**. Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 194-210, 2016.

UMA HISTÓRIA SEVERINA. Direção de Débora Diniz e Eliane Brum. Documentário, 22'37". Disponível em < <https://youtu.be/65Ab38kWFhE>>. Acesso em outubro de 2020.